

CAMINHOS DA HISTÓRIA: IDENTIDADE OU DIFERENÇA?

Tania Navarro Swain*

"Puisque l'homme historique c'est l'homme vivant, travaillant et parlant, tout contenu de l'histoire quel qu'il soit relève de la psychologie, de la sociologie ou des sciences du langage. Mais inversement[...] aucun des contenus analysés par les sciences humaines ne peut rester stable en lui même ni échapper au mouvement de l'histoire."

Foucault.

"[...] o comprimento é a diferença específica da cor negra; o dissociante, da cor branca.

Deleuze.

RESUMO. As concepções teórico-metodológicas que atravessam a historiografia na atualidade são contempladas aqui em três movimentos - Annales, Imaginário e Análise do Discurso/Foucault- que se imbricam ou se excluem, se contrapõem ou se completam, recusando, porém, como característica comum, a partilhar a normatividade da análise histórica apresentada como "verdadeira". As categorias Identidade/Diferença indicam a dimensão teórica dessas correntes na arte de fazer história.

O discurso histórico, na atualidade, caminha por diferentes vertentes que, em alguns recortes, se cruzam, se imbricam, se completam ou excluem; essas tendências poderiam ser identificadas nos trabalhos realizados pela *École des Annales*, que deu origem ao movimento denominado História das *Mentalidades*¹, nas pesquisas que auscultam a dimensão do imaginário social e nos trabalhos de Foucault e seu corolário, a análise do discurso em história. Estas abordagens apresentam traços de similitude em algumas características gerais, construídas pelo distanciamento que demonstram em relação a

* Tania Navarro Swain é professora do Departamento de História da UnB.

concepções modelares de história, ou seja, concepções que postulam assinalar o sentido e o método "verdadeiros" da análise histórica, totalitária imposição de quadros teórico-metodológicos.

Podemos observar, primeiramente, que estas correntes não aspiram a definir categorias de globalidade/totalidade, periodizações definitivas, sucessões temporais incontornáveis ou interpretações infalíveis, ditas "científicas"; em segundo lugar, os discursos oriundos destas abordagens não se propõem como caminhos únicos de acesso ao conhecimento, não desqualificam perspectivas outras, não se apresentam como únicos detentores do saber histórico e por fim, não buscam a verdade dos fatos históricos, a correspondência entre a minúcia narrativa e a realidade acontecida, não procuram a exatidão dos pormenores perdidos para sempre, no tempo.

De forma geral, estas três tendências encaram a relação sujeito/objeto como um todo produtor do *construto* histórico, sem uma escala de predominâncias ou hierarquias, levando em conta na narrativa historiográfica, o historiador e suas condições de possibilidade, as fontes e suas condições de produção. O discurso do historiador, portanto, traz o perfil e as limitações de sua formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito, os questionamentos, as hipóteses virtuais, trabalhando assim, ao mesmo tempo, o presente e o passado, mergulhando nas lacunas dos discursos de outrem, buscando detectar as redes de sentido que orquestram os silêncios e a polifonia da história.

O que diz o "falante", para Eni Pulcinelli Orlandi (1987, 138), no caso, o historiador, traduz, "[...] tem relação com o seu lugar, isto é, com as condições de produção de seu discurso como dinâmica de interação, que estabelece na ordem social em que ele vive."

Se esta perspectiva pode ser aplicada às três correntes a que nos referimos, seus métodos e mesmo objeto de estudo diferem; fazendo uma analogia com o funcionamento da linguagem, trabalham a polissemia e a paráfrase em graus e modalidades diversas, apontando para a eclosão do múltiplo, para tonalidades desiguais na produção de sentido ou para a repetição do eco sem origem, que perpetua o Mesmo. Deste modo, na revelação do idêntico ou no surgimento da diferença, da ruptura, o discurso histórico abandona a literalidade, o irredutível, o dado-em-si e penetra a profusão de significações, labirintos interpretativos, perdido o fio de Ariadne, condutor para a "verdade" histórica.

O fato histórico não existe. Esta é uma premissa básica: o acontecimento é histórico porque assim o construíram os historiadores ou os *mídia*, no tempo presente. Paul Veyne observa que "[...] no máximo pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas esta importância ela mesma depende inteiramente de critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta.

Nos anos 30, Marc Bloch e Lucien Febvre insurgem-se contra a prepotência de um certo cientificismo e da objetividade histórica, constitutivos da disciplina no século XIX². Na esteira do positivismo, a racionalidade do historiador, à época, exigia o desvelamento dos emaranhados factuais, na abertura de trilhas

CAMINHOS DA HISTÓRIA: IDENTIDADE OU DIFERENÇA?

nomológicas. Assim, o encadeamento de causas e consequências, atestado através dos documentos, traria à luz a realidade dos acontecimentos: o documento conteria a verdade a ser apenas traduzida pelo historiador, isento e imparcial, cuja objetividade seria garantida pelas suas boas intenções. Seriedade, confiabilidade, são aspectos essenciais do historiador positivista.

A elaboração histórica, portanto, que se quer um processo racional/científico, dependeria de um traço moral e subjetivo, a honestidade e isenção do pesquisador, diante de seu objeto de estudo e de suas fontes. Busca-se, nesta ótica, a adequação do conhecimento histórico à realidade, à "natureza" oculta das coisas, "debaixo dos paralelepípedos, a natureza em flor". Lucien Febvre (1977, 43) comentava, nos anos 40, a história positivista:

"[...] os historiadores viviam em respeito pueril e devoto pelo facto. Habitava-os a convicção ingênua e tocante de que o sábio era um homem que, ao olhar pelo seu microscópio aprendia logo uma braçada de fatos. De factos que lhe eram dados, de factos para ele fabricados por uma providência condescendente, de factos que não tinham senão que registrar."

Assim, o objeto histórico, o acontecimento impõe-se de *per se*, e sua importância é determinada por ele mesmo. A fonte, o documento é rei, sua voz contida é revelada pelo historiador, mediador por excelência, simples decifrador de códigos que indicam as leis, as permanências, que permitem a compreensão das lições da história.

O objetivo desta história é, portanto, descrição, reconstituição dos fatos exatamente como ocorreram; a história recupera os sentidos ocultos, as origens, demonstra as causas suficientes e necessárias e as repercussões conseqüentes até os últimos detalhes contidos no documento-fetichado, no documento que contém a verdade pulsante, à espera de um intérprete.

Esta história seria pura repetição do *Idêntico* e do *Mesmo*, interpretação unívoca na exposição da verdade aristotélica, adequação do conhecimento à realidade. Formulação parafrásica, discurso que faz da história um relato redutor, limitado às fronteiras de um político *stricto sensu*: histórias universais, de tratados, batalhas, grandes homens, grandes feitos, guerras e datas. Esta foi a abordagem fundadora da história enquanto disciplina, no século XIX, adotada nos manuais escolares, hoje ainda atravessando o discurso acadêmico em alguns redutos de anacronismo.

Outra tendência que fez circular sentidos hegemônicos, já no século XX, é o marxismo, o materialismo histórico, que trabalha uma história em devir, escatológica, mobilizando energias em torno do desvelamento de uma consciência, obscurecida/oculta/silenciada pela mistificação ideológica. Contempla a questão da verdade, na medida em que procura a liberação de uma natureza boa e moral, contida na classe oprimida ou proletária, condutora predestinada do fluxo/construção do progresso histórico. A história seria,

portanto, constituída por uma série de etapas, necessárias, perpassadas pela luta de classes, pela relação dominador/dominado, eixo do progresso histórico, em movimentos de alternância evolutiva.

A teoria dos modos de produção, a divisão da formação social em instâncias hierarquizadas - infra/super estrutura - com o econômico determinante "em última instância", passaram a dominar as ciências humanas, entre elas a histórica, desqualificando qualquer outro tipo de abordagem, qualquer temática que não pudesse ser percebida na ótica marxista.

Georges Duby (1989, 105), um dos mais conceituados historiadores da atualidade, fala-nos de princípios "terroristas" que

"[...] quiseram fazer-nos tomar o marxismo por a (sic) ciência, ao passo que se trata de uma teoria, entre outras, aplicável a certos pontos do campo epistemológico[...] Ora, justamente, é preciso fazer notar que essa teoria, muito solidamente construída no que respeita ao Ocidente dos últimos três séculos, ficou em esboço para o resto do mundo e o resto da história."

A pretensão à cientificidade, o "corte epistemológico", ceifando as tramas da ideologia, fizeram da proposta marxista um discurso totalitário e excludente, na academia e na sua objetivação social.

Foucault comenta que

"[...] o estalinismo pós-estalinista, excluindo do discurso marxista tudo que não fosse repetição amendrontada do que já tinha sido dito, não permitia a abordagem de caminhos ainda não percorridos [...] não havia conceitos já formados, vocabulário válido para tratar de questões como a dos efeitos de poder da psiquiatria ou o funcionamento político da medicina" (1988,2).³

Poderoso instrumento de análise dos mecanismos de funcionamento do capitalismo, o marxismo "científico" tornou-se o arauto da verdade, de teoria passou à doutrina, com seu cortejo de dogmas e fanatismos. Análises polarizantes (explorador/explorado) em torno de eixos definidos (economia/Estado) com vistas a um "final feliz" para o desenrolar da história (comunismo) trouxeram o materialismo histórico ao domínio da paráfrase, da repetição: a história passou a ser um longo encadeamento do Mesmo, do poder econômico /ideológico da classe dominante.

Única perspectiva de análise admitida, afunilando-se para a tarefa predestinada do proletariado, de condutor da história na correta direção, o marxismo reformula o discurso positivista, como tendência igualmente atravessada pela questão platônica essência/aparência, científico/ideológico,

propondo-se como a ponte que realiza a travessia entre o ilusório e o real, sob a égide e mediação do racional e do verdadeiro.

Temos assim uma teleologia da razão, um progresso "científico" da consciência, a evolução da luta de classes e das contradições sociais compondo e dirigindo o processo histórico, obscurecendo a pluralidade de sentidos inerentes ao processo social, reduzindo ao silêncio a polifonia do discurso histórico e da construção do social.

Se as pretensões hegemônicas são constitutivas da história baseadas nos acontecimentos do positivismo ou da história-doutrina do marxismo, que instauram sua autoridade sobre um discurso de "verdade", a *Ecole des Annales* propõe a inter-disciplinaridade, como em 1958 expunha Braudel:

"A história, então, quis-se e fez-se economista, socióloga, antropóloga, demógrafa, psicóloga, linguista[...] Os amigos de Lucien Febvre e de Marc Bloch, fundadores, animadores também dos Annales constituíram um colóquio permanente das ciências do homem [...]" (1969, 103).

A história-problema afasta a história-narração / realidade, "tal como se passou" e Febvre já anuncia suas cores "[...] que nos dão uma história não automática, mas problemática.[...] É que pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda história. Se não há problema, não há história. Apenas narração, compilação." (Febvre, 1977, 43 e 71)

A *Ecole des Annales* que, como já assinalamos, aponta para a História das Mentalidades, desenvolveu-se em torno da revista *Annales - Economie, Sociétés, Civilisations*, título que resume um programa de pesquisa voltado a todos os aspectos das formações sociais, sem hierarquizações. Trabalhando a problemática da duração - curta e longa - procura a profundidade, os níveis estruturais/inconscientes da sociedade, as estabilidades que podem ser detectadas na diacronia.⁴

Não mais apenas a história das elites, dos "eventos excepcionais", mas das massas, do cotidiano das populações. Este mesmo cotidiano desdobra-se em uma infinidade de temas, ligados a emoções e pulsões sociais: o amor, a morte, a festa, o casamento, o sexo, cheiros, comida, família, etc, utilizando fontes anteriormente "suspeitas" de subjetividade ou de tintas de ideologia.⁵ Jacques Le Goff sublinha que "[...] a história nova pode fazer-se através do estudo de um objeto a partir do qual toda a História de uma sociedade se desmonta a nossos olhos." (Le Goff in Duby e Lard Rean, 1989, 14)

A consciência da intervenção do sujeito e de seu meio em toda produção acadêmica, e no caso presente, a manipulação da memória aparecem aos próprios historiadores como tendo um "[...] papel de identificar (nacional, patriótica, social, religiosamente) para o grupo onde circulava, legitimava, circunscrevia, doutrinava igualmente", como bem explicita Paul Veyne.

A preocupação com a verdade dos fatos, como eles realmente ocorreram, é afastada; o interesse volta-se para a percepção, para a construção dos fatos à época, ou posteriormene, através da grande diversidade de fontes, que podem ir dos mitos, lendas, contos de fada a textos, estatísticos ou literários. Para Michel Vovelle, "[...] a literatura veicula as imagens, os clichês, as lembranças e as heranças, as produções sem cessar distorcidas e reutilizadas do imaginário coletivo" (Vovelle, 1987, 63).

A sensibilidade social é auscultada, a história passa a levar em conta as dimensões materiais e imateriais da vida humana. Vovelle afirma ainda que "[...] toda uma parte dos campos atuais de estudo, desde a civilização material até os diferentes domínios da cultura ou das mentalidades populares se inscrevem assim como uma tentativa obstinada para lidar com o silêncio das fontes, a partir de meios que antes teriam sido julgados como heterodoxos"¹(id. 277).

O método é interpretativo. Buscam-se os significados nas entrelinhas, o não-dito social presente nas fontes, o substrato inconsciente, o nível estrutural, que perfazem uma história "quase imóvel" como diria Braudel, atravessada porém por traços conjunturais, cuja mobilidade anuncia transformações ou reafirma sistemas vigentes. Mas dentro desta perspectiva, o historiador, de certa forma, percebe-se como o "criador" da história, como aquele que constrói a memória, aquele que ressuscita formas, re-elabora enunciados e prolonga-os em sua materialidade específica. Michel de Certeau comenta esta historicização da própria história:

" O que está então em jogo é a capacidade da História se explicar como efeito de técnicas contemporâneas, de um meio social (uma intelligentsia universal) de posições econômicas e políticas, isto é, como produto de uma posição particular que mantém atualmente em relação de competição com outras classes e outros lugares de poder. Quer se queira quer não, o trabalho histórico inscreve-se no interior (e não fora) das lutas sociais, econômicas e ideológicas."⁶

Perspectiva imbricando o passado e o presente, o sujeito e o objeto, fazendo constante apelo à interdisciplinaridade, este poderoso movimento renovador das perspectivas, temas, fontes da história nunca foi monolítico e em seus diferentes momentos trabalhou aspectos e dimensões diversas na análise das formações sociais; priorizou, porém, a linha da *continuidade*, da busca das transformações ou das permanências relativas ao objeto histórico ao longo do tempo. Para Vovelle, a metodologia da longa duração nos leva a "[...] um mergulho no passado mais que secular de onde foram transmitidos os traços de um comportamento que perdura, com inércia real até nossos dias, quando as próprias condições iniciais desapareceram". Assim é ainda a busca do *mesmo*,

sob o heterogêneo e o aleatório, domesticando o acontecimento e reiterando o domínio da paráfrase.

Dentro deste amplo horizonte de pesquisas desenha-se em filigrana a orientação que se refere ao imaginário social, que contempla o elemento adquirido, transmitido, mas também o transformador, num movimento de circularidade contínua na formulação das atitudes mentais e sociais. Esta ótica observa as representações em sua dinâmica social, ou seja, criadas e criadoras do funcionamento relacional num sistema social dado. Não diz respeito às representações em sua diacronia, mas em sua especificidade e singularidade espaço-temporais; representação e imagens enquanto locus de poder e força, imaginário agenciador de papéis, criador de normas, valores, instituições, exclusões; imaginário galvanizador de afetos e paixões, de pulsões telúricas e emoções coletivas.

As grandes epifanias políticas modernas trabalham o imaginário coletivo povoando-o de heróis carismáticos ou redentores, de imagens e acenos de Terra Prometida ou Paraíso de Igualdade e Justiça. As imagens constroem os gêneros e suas especificidades sociais, distinguem o normal e o patológico, o certo e o errado, o bom e o mau, estabelecem relações de poder que delimitam o centro e as margens do social.

Pouco teorizado, o estudo do imaginário abre espaço à reatualização de fontes e incorporação de novas: propaganda, cinema, televisão, vídeo, desenho animado, *comics*, charges, o humor em geral, teatro, música, etc. Qualquer texto, seja ele discursivo ou visual, é produtor de representações, veiculador de sentidos e valores, assim como de seu corolário normativo e institucional.

A utilização do imaginário como categoria de análise religa disciplinas (antropologia, história, teoria literária, linguística, sociologia) e abre caminhos confluentes, o que não significa que haja uniformidade no tratamento das questões suscitadas.

Podemos identificar algumas maneiras diversas de se perceber e trabalhar o imaginário, como por exemplo Georges Duby, que segue a trilha aberta por Georges Dumézil ao trabalhar as relações entre a instauração do social e o imaginário nas três ordens do feudalismo francês. Por outro lado, Jacques LeGoff contempla o imaginário medieval como um jogo de espelhos, que reflete a realidade, ou seja, um imaginário engendrado pelo real e suas contingências.⁷

Uma outra concepção de imaginário encontra-se em Bronislaw Baczko, familiarizado com a obra de Bachelard, segundo o qual a imaginação é essencialmente criativa, criadora de realidades.⁸ Para Baczko, não se pode separar os agentes de suas representações, de si e do outro; de fato, são elas que definem os comportamentos, inculcam valores, atribuem méritos, corroboram ou condenam, justificam atitudes, impulsos, decisões (BACZKO, 1985, 306).

O imaginário é forjador de sentidos no campo sêmico de uma formação social, engendrador de sua trama organizadora. Não seria, entretanto, determinante "em última instância", pois, como argumenta Georges Duby

(1989, 118), quanto às hierarquizações analíticas, este "[...] é um falso problema. Não há última instância. O que conta é a globalidade, a coerência, a correlação."

Cornelius Castoriadis (1985, 105), que enfatiza o papel do imaginário instituinte, engendrador do social, reforça este papel sancionador e carreador de sentidos, considerando que é a significação imaginária que dá às coisas e às posições seu *status*, seu peso específico "[...] princípio de valor, princípio de ação".

Para Claude Gilbert Dubois (1985, 30), o imaginário simbólico, que se opõe ao mimético, especular, "[...] é um modo de significação constituído em linguagem, não a partir de signos linguísticos, mas de imagens significantes: é o funcionamento individual e coletivo das imagens organizadas em sistemas significantes."⁹

Relacionado às categorias *criatividade* e *produtividade*, como criador de sentidos novos, o imaginário entrava o processo de produção hegemônica de sentido; como bem sublinha Eni Pulcinelli Orlandi, ao comentar a criatividade, esta "[...] pode realizar uma ruptura, um deslocamento em relação ao dizível e portanto em relação à determinação das verdades instituídas e normalizadoras" (ORLANDI, 1988, 20). Na ambiguidade de sua imanência ao social, entretanto, o imaginário igualmente repete e re-produz sentidos e valores o que nos aproxima da caracterização que Eni Orlandi faz de *produtividade*, que "[...] procura manter o dizível no mesmo espaço do que já está instituído" (Idem, Ibid.).

O estudo do imaginário, assim, contempla um processo de atualização polissêmico e parafrásico na constituição das formações sociais, de renovação, transformação, contestação de sentidos, ao mesmo tempo de afirmação, fortalecimento do já-instituído. O *idêntico* e o *diferente* são aqui peças da mesma engrenagem e cabe ao historiador colocá-las em evidência ou obscurecê-las indefinidamente.

A terceira tendência foi formulada por Foucault que "revolucionou a história", como sublinha Paul Veyne. Foucault trabalha a noção de evento que

"[...] não é substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o evento não é da ordem do corpo. Mas ele não é imaterial; é sempre em nível de materialidade que toma efeito, que é efeito; tem seu lugar e consiste na relação, na coexistência, na acumulação, na seleção de elementos materiais"

O evento é portanto da ordem do discurso; eventos discursivos devem ser tratados e organizados segundo séries homogêneas, porém descontínuas umas em relação às outras, ou seja, não seguem traços de causalidade ou sucessão ou continuidade de movimentos marcados no tempo ou da evolução de uma consciência ou sujeito pensante," [...] quebram o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e funções possíveis." (Veyne, 1978, 60).

Abolindo a causalidade ou o desenrolar de eventos em processo de maturação, Foucault introduz na história a noção do **acaso/aleatório** (aléa) que com a descontinuidade e materialidade discursivas dão forma à produção dos acontecimentos (Foucault 1971, 59).

Foucault afasta rapidamente as tendências positivistas e/ou escatológicas, mas recusa igualmente a perspectiva da busca de "estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento." Pretende "[...] estabelecer séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não antônomas, que permitam circunscrever o "lugar" do acontecimento, as margens de seu acaso, as condições de sua aparição." (Foucault, 1971, 58 ss).

Estas condições de aparição seriam as "condições de possibilidade", segundo as quais alguma coisa pode ser dita, em algum lugar, por alguém que detém a posição de sujeito e de autoridade na produção discursiva.

Desta forma, o discurso conteria a distinção entre o verdadeiro e o falso, elaborando sistemas de saber, característicos de uma vontade de verdade "[...] que atravessou tantos séculos de nossa história" (Foucault, 1971, 16), cuja própria historicidade aponta para a diferença e a transformação. Trata-se de estabelecer o regime geral de verdade construído e instaurado pelos discursos do saber, de desvendar as instâncias de produção destes discursos assim como seus mecanismos de estratégia e atuação social, geradores de efeitos de poder, os micro-poderes, constitutivos da própria trama do social.

Foucault (1987, 5) insiste sobre as redistribuições recorrentes dos enunciados "[...] que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinação, várias teleologias para uma única e mesma ciência à medida que seu presente se modifica[...]". Assim, quebra-se a perspectiva da continuidade, do processo de encadeamento, da evolução do pensamento "[...] sob as manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva[...] " (id., 4).

Foucault aponta ainda para os fenômenos de ruptura, de interrupção, apoiando-se em Bachelard e Canguilhem para desvelar uma outra perspectiva à análise histórica: "[...] não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e seus efeitos múltiplos" (id., 4).

Contemplando o discurso em sua singularidade e em sua exterioridade a partir de sua aparição e de sua regularidade, das condições de sua produção e possibilidade de enunciação, Foucault rejeita a "hermenêutica, a interpretação das vozes silenciadas pelo não-dito do discurso, [...] de seu núcleo interior e escondido" (1971, 55), ou de uma significação que se manifestaria nele, das entrelinhas que permitiriam o desvendamento de uma realidade oculta. O evento é o discurso e o discurso é e pode ser ruptura e criação de saber, acompanhado de seus sistemas de exclusão e prática de poder.

Afirma Foucault:

"É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade que aparece em nossa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sobretudo esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância." (Foucault, 1989, 28).

Modificam-se, portanto, objeto e metodologia na análise da produção histórica. Quanto às fontes, Foucault indica a necessidade da história desligar-se da noção de uma "[...] memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças [...] para enfocar uma pluralidade documental - livros, narração, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc" transformando-as em *monumentos*, que permitem a identificação, organização de elemento em séries, conjuntos, recorrentes e dispersos em movimentos de rupturas e transformações, especificidades e limites.

A descontinuidade é assim uma ação determinada pelo próprio historiador e é o resultado desta ação, ou seja, trata-se de cortes arbitrários estabelecidos pelo próprio pesquisador, a partir de suas hipóteses, métodos e periodização determinada. "Paradoxal noção de descontinuidade: é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita o campo do qual é efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação desses domínios", precisa Foucault (idem, ibid. 7 ss.).

Este é um ponto fundamental no que concerne à produção historiográfica, na medida em que a descontinuidade é o próprio local de onde fala o historiador, *locus* de ruptura de sua própria história. Assim, incorpora-se e descortina-se a posição/condição de possibilidade do historiador à produção de múltiplas histórias, aberto a um horizonte ilimitado de discursos históricos em cortes/séries/enunciados que se cruzam, se imbricam, re-aparecem em um novo campo de pertinência ou são perdidos na posição de sujeito do historiador.

A noção de descontinuidade, as rupturas e escansões trazem à história o movimento da *diferença*, mas não aquele que se refere a um modelo, a um paradigma referencial. Aborda-se a história na ótica do *simulacro* de Deleuze (1988), sem fundo, sem referente, sem privilegiar a identidade da reconstrução histórica.

Aberto o espaço da polissemia/criatividade, desloca-se a produtividade/parafrástica, a busca e repetição do *mesmo* na vã tentativa de uma reprodução impossível.

O historiador, com Foucault, lança um olhar oblíquo em relação à positividade do passado em sua materialização discursiva, produzida em um incontornável presente. A noção de *simulacro* em Deleuze intenta abolir a idéia de original e cópia, cara à Platão, uma vez que tal relação leva fatalmente a

diferença à identidade.¹² Com efeito, para Deleuze, o *simulacro* não é uma simples imitação [...] mas sobretudo o ato pelo qual a própria idéia de um modelo ou de uma posição privilegiada é contestada, revertida. O simulacro é a instância que compreende uma diferença em si [...] toda semelhança tendo sido abolida, sem que se possa, por conseguinte, indicar a existência de um original e uma cópia", enfatiza Deleuze (1988, 34).

Tomando-se por empréstimo esta noção, poder-se-ia identificar uma história-simulacro, que abandona a repetição do *mesmo*, a busca do real, a pretensão da explicação total ou do sentido da história para sublinhar a *diferença* sem fundo nem origem, no discurso histórico.

História-simulacro, potência positiva de re-criação, confundindo as categorias presente/passado em sua tematização, em suas abordagens, abandonando o modelo e a cópia, a busca impossível da re-produção de um fato construído e transformado em história. Abandona-se a identidade para vivenciar-se, na pesquisa histórica, a experiência da diferença sem modelo, numa expansão polissêmica, que justifica a epígrafe: "o comprimento é diferença específica da cor negra" (Deleuze, 1988, 68).

NOTAS

- 1 - Os iniciadores da revista *Annales, Economie, Sociétés, Civilisations*, Lucien Febvre e Marc Bloch, (principalmente o primeiro), propunham uma história abrangente, ampliando a pesquisa do " fato histórico" *strictu sensu*, aos quadros das *estruturas mentais* enquanto objeto histórico. (ver Febvre, Lucien. *Combates pela história*, Lisboa, Presença, 1977, 2 vol.) Philippe Ariès, entre outros, aponta Lucien Febvre como o iniciador da História das Mentalidades, considerando-se a importância dada por este último às atitudes mentais e a relevância de sua obra para a renovação da historiografia. (ver Ariès, P. "A história das mentalidades", in LeGoff, J. *A História Nova*, S.P., M. Fontes, 1990, pgs.153 a 176)
- 2 - À época, Lucien Febvre enfatizava a participação do sujeito na construção/percepção do fato histórico: Dizia " Escolher, a própria negação da obra científica...-Mas toda história é escolha[...] É-o, sobretudo, porque o historiador cria seus materiais, ou se se quiser, recria-os".(conf. Febvre, L. *op.cit.* ps 23 e 24.
- 3 - Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p.2. Foucault comenta igualmente o silêncio com que a esquerda intelectual francesa acolheu seu trabalho sobre a psiquiatria. Enfatiza que "[...] a medicina, a psiquiatria, não eram muito nobres, nem muito sérias, não estavam à altura das grandes formas de racionalidade clássica."

- 4 - A explanação didática, entretanto, divide em fases e estabelece classificações para as diversas abordagens contidas no amplo movimento denominado História das Mentalidades, cujas fronteiras são permeáveis. (Para discussão deste conceito, ver, por ex., LeGoff, J. "As mentalidades, uma história ambígua", in LeGoff, J. e Nora, Pierre. **História, novos objetos**, R.J., F. Alves, 1976. Na ótica deste trabalho, e na impossibilidade de um detalhamento, este movimento compreende as obras que contemplam as estruturas mentais em uma perspectiva de continuidade, de encadeamento na diacronia.
- 5 - História das Mentalidades, História Nova, Novíssima, a ânsia classificatória reúne grupos, define limites, estabelece marcos; o que nos interessa porém, aqui, é a mudança de eixo, a explosão temática, os "modos de ver" que se revelam, por um lado no sujeito-historiador e por outro, no objeto-história.
- 6 - Michel de Certeau in G. Duby, G. Lardreau., 1979, p.29
- 7 - ver Duby, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**, Lisboa, Estampa, 1992 e Le Goff, J. **L'imaginaire médiéval**, Paris, Gallimard, 1991.
- 8 - A obra de Bachelard é particularmente importante para o estudo do imaginário em seu aspecto criador e instituinte da realidade, que será retomado por vários autores. A título de exemplo, algumas referências bibliográficas são ilustrativas: Bachelard, Gaston. *La terre et les rêveries du repos*, Paris, José Corti, 1946, Idem. *L'eau et les rêves*, Paris, José Corti, 1942, Idem. *L'air et les songes*, Paris, José Corti, 1943, entre muitos outros livros nos quais Bachelard analisa a imaginação.
- 9 - Claude Gilbert Dubois. **L'imaginaire de la Renaissance**, Paris, PUF, 1985, p.30. Não temos a intenção aqui, nem é objetivo deste trabalho a comparação entre autores. Citamos alguns, apenas, que exemplificam tendências no estudo do imaginário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Phillipe. "A história das mentalidades" in Le Goff, Jacques. *A História Nova*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *L'Eau et les Rêves*. José Corti, Paris, 1942.
- . *L'Air et les Songes*. José Corti, Paris, 1943.
- . *La Terre et les Rêveries du Repos*. José Corti, Paris, 1946.

CAMINHOS DA HISTÓRIA: IDENTIDADE OU DIFERENÇA?

- BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi, Ed. portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1985, vol. 5.
- BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'Histoire*. Flammarion, Paris, 1969.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Os Destinos do Totalitarismo e Outros Escritos*. L&PM Ed., RGS, 1985.
- DELEUZE, Giles. *Diferença e Repetição*. Graal, RJ, 1988.
- DUBOIS, Claude Gilbert. *L'Imaginaire de la Renaissance*. PUF, Paris, 1985.
- DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Estampa, Lisboa, 1992.
- DUBY, Georges e Lardreau, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. D. Quixote, Lisboa, 1989.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Ed. Presença, Lisboa, 1977, 2 vol.
- FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du Discours*. Gallimard, Paris, 1971.
- . *A Arqueologia do Saber*. Forense-Universitária, RJ, 1987.
- . *Microfísica do Poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1988.
- LE GOFF, Jacques. "As mentalidades, uma história ambígua" in Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. *História, Novos Objetos*. Francisco Alves, 1976.
- . *L'Imaginaire Médiéval*. Gallimard, Paris, 1991.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze e a Filosofia*. Graal, RJ, 1990.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento*. Ed. Unicamp, Campinas/SP, 1987.
- . *Discurso e Leitura*. Cortez, SP, 1988.
- VEYNE, Paul. *Comment on Écrit l'Histoire*. Seuil, Paris, 1978.
- VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidade*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

RESUMÉ

Les conceptions théoriques et méthodologiques qui composent l'historiographie actuelle sont ici analysées autour de trois mouvements - Annales, Imaginaire, Analyse du Discours/Foucault- qui, soit s'imbriquent ou s'excluent, soit se heurtent ou se complètent; ils se retrouvent, néanmoins, dans le refus du discours historique qui se présente comme le seul véritable. Les catégories Identité/Différence, indiquent la dimension théorique de ces courants dans l'art de faire l'histoire.

ABSTRACT

The theoretical and methodological conceptions that compose contemporary historiography will be analysed here through three movements - Annales, Imaginary, Foucault's Discourse Analysis - which either entangle or exclude,

TANIA NAVARRO SWAIN

oppose or complete one another. However, they all share the common concern of refusing the historical canones as the sole truth. The categories of Identity/Difference point out the theoretical dimension of those movements in the art of making history.

(Recebido para publicação em março de 1993)